

ESTRATIFICAÇÃO EDUCACIONAL **desafios para a análise do ensino público superior brasileiro**

Anderson Paulino da Silva

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Este texto reflete sobre o cenário de desigualdades e oportunidades na conjuntura atual do ensino superior brasileiro, com base nas teorias da estratificação educacional. A análise focaliza no papel das universidades públicas, principal referência de qualidade no nível de ensino superior do sistema educacional. Questiona os efeitos prováveis das reformas e da crise socioeconômica sobre as hierarquias institucionais e as desigualdades.

Palavras-chave: educação superior; reformas; estratificação educacional.

EDUCATIONAL STRATIFICATION **challenges for the analysis of Brazilian higher public education**

Abstract

This text reflects on the scenario of inequalities and opportunities in the current conjuncture of Brazilian higher education, based on theories of educational stratification. The analysis focuses on the role of public universities, the main reference of quality in this level of the educational system. It questions the likely effects of reforms and the socioeconomic crisis on institutional hierarchies and inequalities.

Keywords: Higher education; reforms; educational stratification.

ESTRATIFICACIÓN EDUCACIONAL **desafíos para el análisis de la enseñanza pública superior brasileña**

Resumen

Este texto refleja sobre el escenario de desigualdades y oportunidades en la coyuntura actual de la enseñanza superior brasileña, con base en las teorías de la estratificación educacional. El análisis se centra en el papel de las universidades públicas, principal referencia de calidad en este nivel del sistema educativo. Cuestiona los efectos probables de las reformas y la crisis socioeconómica sobre las jerarquías institucionales y las desigualdades.

Palabras clave: educación universitaria; reformas; estratificación educativa.

Introdução

Este texto reflete sobre o cenário de desigualdades e oportunidades na conjuntura atual do ensino superior brasileiro, tendo por elementos as teorias da estratificação educacional. A análise foca no papel das universidades públicas federais, que são tomadas como a principal referência de qualidade neste nível do sistema educacional.

Alvo de uma série de medidas reformadoras induzidas sob o governo do partido dos trabalhadores, com o propósito de ampliar a participação de grupos em situação de desvantagem social, estas instituições têm sido, particularmente, impactadas em sua capacidade de investimento pelas restrições impostas aos seus orçamentos por consequência da conjuntura de crise emergida a partir de 2014.

Reformas educacionais compreendem ações públicas voltadas para promover a expansão de matrículas ou mudança na estrutura de distribuição de oportunidades nos sistemas educacionais. Ainda que essas ações possam ser comumente abordadas de forma independente, trata-se de questões entrelaçadas e mutuamente influentes.

Em última instância, revelam o leque de possibilidades disponíveis aos tomadores de decisões como estratégia para a acomodação das pressões surgidas por matrículas nos sistemas escolares, ressaltando a natureza eminentemente política, imbricada nos esforços por redução das desigualdades educacionais. Desta forma, a disposição para o aumento da oferta de vagas, ou, a operacionalização dos mecanismos de distribuição de oportunidades, são ferramentas ajustáveis a um maior ou menor grau de igualdade nas chances de se efetuar a transição para níveis educacionais mais elevados (WALTERS, 2000, p. 242).

Impulsionadas principalmente pelas ações do Programa de Reforma e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as universidades públicas federais triplicaram a sua oferta de vagas nos anos anteriores à crise, num fenômeno que abrangeu a criação de novas instituições, a abertura de novos cursos, a interiorização de *campi* e a diversificação das modalidades de acesso por meio de adoção de *políticas afirmativas*.

A promulgação da Lei de Cotas para o Ensino Superior (*Lei* nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) cuidou de uniformizar essas diferentes modalidades de acesso, sobrepujando as diferenças asseguradas pela autonomia institucional. Diferentemente dos pleitos iniciais, a lei deu conta de uma gama diversa de grupos sociais (estudantes de escolas públicas, hipossuficientes de renda, negros e indígenas) historicamente sub-representados no espaço das universidades públicas. E muito embora essa medida tenha sido aprovada pelo Congresso Nacional, após longos anos de debates, incluindo a ratificação de sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, sua aplicação permanece motivo de polêmicas na sociedade.

Antes disso, na abertura do novo decênio, a consolidação do ENEM e a criação do sistema de seleção unificado (SISU), suplantou o tradicional mecanismo de seleção vestibular e conferiu uma nova dinâmica na disputa por vagas para essas universidades. Com isso, a concorrência antes regionalizada e dominada por estudantes de um mesmo estado da federação, passou a envolver candidaturas em nível nacional, num espectro que pode abranger uma parcela das instituições privadas, financiadas por recursos públicos advindos do PROUNI.

Na perspectiva das teorias da estratificação, a concorrência com instituições de status hierárquico inferior, frequentemente mais orientadas para o aumento de

sua clientela (*client-seeking*) – caso da maior parte das IES privadas no Brasil – poderia favorecer o aumento na seletividade das instituições de maior prestígio (*status-seeking*), como forma de reforçar a condição de *status* de seus quadros, o que redundaria em aumento das desigualdades ao nível interinstitucional. Num ponto de vista alternativo, no entanto, o mesmo fenômeno corresponderia a um acirramento da competição pela captação de estudantes, resultando em mecanismos de redução de sua seletividade, com consequente aumento da inclusão de estudantes dos estratos sociais mais baixos.

Estas considerações acerca da teoria permitem questionar sobre os efeitos prováveis das reformas e da crise socioeconômica sobre o sentido de valor e as desigualdades nas universidades brasileiras. Percebida historicamente como lugar privilegiado das elites, a educação pública superior no Brasil teve essa impressão reforçada por sua baixa cobertura de matrículas e pelo perfil social pouco heterogêneo de seus estudantes.

Assim, podemos localizar a mudança nessas tendências por duas ordens de fatores, intrinsecamente associados. O primeiro, exógeno ao sistema educacional, destaca a emergência ainda nos anos 1990 de um discurso ideológico de valorização da educação, fortalecido pelo engajamento da economia brasileira nos fluxos da globalização econômica, que determinavam a baixa escolarização da força de trabalho nacional como um dos “gargalos estruturais” ao desenvolvimento do país (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2002).

Com a elevação do emprego e dos rendimentos dos trabalhadores nos anos 2000, a educação superior se apresentou para muitas famílias como promessa de mudança de status social e econômico, com potencial para transformações

mais profundas na estrutura de classes do país. Este debate dominou o interesse de especialistas brasileiros no tema da estratificação social, sob o mote da criação de uma nova estrutura social abalizada na classe média.

Por outro lado, o aumento do fluxo de estudantes saídos do ensino médio contribuiu sobremaneira para ampliar e diversificar o estoque de candidatos ao ensino superior. Decorre daí o fenômeno da mobilização social de estudantes excluídos da educação superior, por meio da criação dos pré-vestibulares populares, voltados para promover incentivos ao prolongamento na trajetória escolar de estudantes “negros” e “carentes” saídos das escolas públicas.

Pré-vestibulares compreendem tradicionalmente cursos de formação livre, oferecidos por iniciativas particulares com o intuito de reforçar as chances de seus alunos obterem aprovação nos exames de seleção para os cursos do ensino superior, principalmente, aqueles de maior prestígio predominantemente concentrados nas universidades públicas. Então, a criação de iniciativas similares, realizada com base no trabalho de pessoas voluntárias, denunciava a baixa representatividade destes grupos sociais nos *campis*, além de assinalar um dos traços mais proeminentes das desigualdades do sistema educacional brasileiro, demarcado pela baixa qualidade de ensino oferecida àqueles estudantes que não podem custear sua educação básica na rede privada.

Essa constatação ressalta ainda uma contradição manifesta no senso comum sobre a educação superior, no qual o investimento familiar na formação em escolas privadas vem a ser compensado pela gratuidade da formação superior em instituições públicas. Dessa forma, uma óbvia alternativa dispensada aos estudantes de famílias pobres que alcançavam este nível era vislumbrada majoritariamente nos cursos pagos das instituições privadas, onde a proporção

de estudantes trabalhadores alcançava em 2010 uma taxa de 75%, contra 57% observado nas IES públicas (NUNES, 2012, p.190).

O perfil social, no entanto, corresponde apenas a uma parte das diferenças estabelecidas entre as instituições de ensino públicas e as privadas, no Brasil. Mesmo que esta afirmação mereça algumas ressalvas, as IES públicas se organizam predominantemente como universidades, estruturadas com base na realização do binômio ensino-pesquisa, ao passo que IES privadas privilegiam o ensino vocacional, mais orientado para ingresso em funções mais específicas do mercado de trabalho. Esses traços indicam as principais diferenças institucionais presentes desde a concepção deste sistema, tomado a partir do marco da Reforma Universitária de 1968.

Ainda que insuficiente para alterar o quadro da participação das instituições privadas na educação superior, as reformas implantadas nas universidades federais confrontam com a tendência histórica da “expansão conservadora” neste nível de formação. A especificidade dessa análise, portanto, destaca a representação de prestígio desfrutada por estas instituições no âmbito do sistema de ensino superior brasileiro, ressaltando a importância de sua democratização para a qualificação da experiência educativa de estudantes oriundos de grupos em desvantagem social. Por outro lado, pretende chamar atenção para os recursos de reprodução social pela educação das famílias pertencentes aos estratos mais elevados, o que se reforça num contexto de recrudescimento de políticas conservadoras.

Estratificação educacional: aspectos fundamentais para análise

A educação superior corresponde ao nível mais elevado de escolarização formal na maioria dos sistemas educacionais. Sua finalidade inclui, dentre

outras, a preparação de elites sociais em nível profissional e acadêmico para as diferentes áreas do conhecimento científico, técnico e cultural.

Modernamente, a intervenção dos poderes públicos para fomento ou organização da base destes sistemas visou assegurar certo grau de homogeneidade na formação cultural e nas formas de difusão dos conhecimentos. Na mesma medida em que cumpriu a tarefa de prover maior equidade nas oportunidades de acesso e participação no ensino superior para diferentes grupos da sociedade.

Erigidos sob os pilares da formação dos estados-nação e expandidos sob a égide do discurso liberal proclamado pela ordem capitalista, os sistemas de educação pública atingiram seu apogeu nos países desenvolvidos durante os regimes reformistas de bem-estar social, na segunda metade do século XX. Porém, a realização de um empreendimento de tal envergadura não deve ser tomada como uma tarefa simples, tendo sido alcançada pelo concurso de múltiplas forças sociais, crescentemente mobilizadas em torno de um sentido comum de valor à educação transmitida pelas instituições escolares.

No curso desse trajeto as igrejas são agentes, as elites governantes, empresários e a grande massa dos trabalhadores (DE SWAN, 1988; LYNCH, 2000). E é das disputas entre estes atores que vemos moldarem-se as características de organização dos sistemas de educação enquanto espaço compulsório de socialização e preparação de crianças e adolescentes, concomitantemente às tendências de massificação da educação superior.

Assim, com equivalência na delimitação estabelecida por Archer (1982), a definição de Sistema de Educação pode ser compreendida como uma “coleção nacional e diferenciada de instituições devotadas à educação formal, cujo

controle e supervisão geral é, ao menos em parte, governamental e cujos processos e partes componentes estão relacionados uns aos outros” (ARCHER, 1982, p.6).

Essa definição abarca o reconhecimento da autonomia relativa das instituições educacionais e a soberania do poder secular dos Estados nacionais na formação dos cidadãos modernos, em superação da concorrência pela “formação das almas” exercida pelas instituições religiosas. Ainda que este quadro descreva de forma localizada o processo histórico das nações europeias, de modo mais ou menos semelhante, os sistemas educacionais se incorporaram à realidade de diversos países como intermediários de oportunidades sociais, movendo a agência de famílias e indivíduos em busca de melhores condições de vida.

No âmbito das teorias sociais, o movimento de expansão dos sistemas escolares foi capturado com entusiasmo, na confiança de que sua realização equivaleria à adoção de formas mais meritocráticas de alocação dos indivíduos nas posições socialmente mais valorizadas, com o conseqüente predomínio das características adquiridas (*achieved*) pelos indivíduos, sobre aquelas recebidas por herança (*ascribed*) na competição por postos nas estruturas do mercado capitalista. Desta forma, as avaliações de desempenho no sistema escolar seriam uma forma conveniente de antecipar a tarefa de seleção por habilidades realizadas pelas instituições de ensino superior e pelo mercado de trabalho. (DAVIS e MOORE, 1945; PARSONS, 1959).

A noção de igualdade derivada deste tipo de organização social aparece associada, portanto, a igualdade dos indivíduos perante os sistemas legais – prerrogativa dos modelos democráticos - e ao direito universal de acesso à educação, componente fundamental da noção de cidadania moderna. A

disponibilidade destes recursos passa então a regular as oportunidades sociais dos indivíduos, onde a noção de mérito se configura como uma forma de recompensa e reconhecimento ao desempenho individual revelado na sequência de avaliações escolares.

Todavia, ponderações críticas acerca da eficácia dos sistemas escolares como mediador de oportunidades de mobilidade na estrutura social identificaram fatores relacionados com as origens de classe, de etnia e cultura como determinantes do êxito e da distância no percurso escolar alcançado por grupos sociais em prévia desvantagem no sistema de estratificação social (FORQUIN, 1995).

Por estas distintas óticas, a implantação de reformas educacionais com fins democráticos converte-se num produto das próprias contradições deste sistema, traduzidas nas representações de esperança enunciadas aos indivíduos provenientes de famílias mais pobres. Isso corrobora-se por meio das vantagens relativas aos anos de acréscimo escolar em termos de rendimentos econômicos, status e ascensão social e no reflexo continuado das desigualdades sociais.

Por esta via, a educação passa a ser assinalada intrinsecamente como um bem posicional, cujo sentido de valor deriva quase sempre da escassez, em sentido diametralmente inverso a lógica que conduz a maior parte da economia da produção material. Para tanto, deve haver um número limitado de bens para cada nível de valor, sob os riscos de redução do valor unitário de cada bem (HIRSCH, 1979). Essa é uma noção que se aplica tanto ao nível das relações interinstitucionais, no conjunto do sistema de educação, quanto à própria esfera intra institucional (MARGINSON, 2006). Porém, em seus pressupostos está a ideia de que o acionamento de dispositivos de competição posicional tem, por

requisito, o fato das sociedades terem alcançado capacidades mínimas de provimento de recursos aos seus competidores, o que é corroborado pela melhoria dos indicadores de condições de vida na maioria dos países industrializados.

No campo da pesquisa social, a temática da estratificação educacional é desdobrada justamente da constatação de que as condições sociais de vida, e mesmo as oportunidades desfrutadas por indivíduos, tem se conservado desiguais mesmo após certo tempo de relação com o sistema escolar. Sobre este aspecto, duas vertentes analíticas podem ser reconhecidas: A primeira é a vertente da estratificação vertical que tem base na comparação dos níveis ou quantidades de anos de educação recebida pelos indivíduos de diferentes segmentos da população. Em muitos casos, esses estudos explicam a variância dos casos a partir das diferenças de *background* social mantida ao longo do tempo em diferentes sociedades. Em sentido geral, as análises referidas a esta dimensão têm apontado uma acentuada redução nas desigualdades de oportunidades educacionais, particularmente no aspecto tocante às diferenças de classes sociais e gênero na maioria dos países industrializados.

Consonante com as pesquisas internacionais, as investigações realizadas na sociedade brasileira sobre essa hipótese confirmam a redução das vantagens socioeconômicas dos estratos superiores no sistema educacional, especialmente, a partir da década de 1970. Em face disso, as pesquisas destacam a elevação da escolarização feminina, que chega a superar a dos homens na realização das transições mais elevadas. Tais conclusões encontram suporte no movimento que busca fazer do ensino médio o novo mínimo educacional entre a população brasileira, entretanto, identifica no tratamento da variável cor/raça um resistente padrão de desigualdades,

especialmente quando se trata da comparação de acesso aos níveis de educação superior (SILVA, 2003; RIBEIRO, 2009).

A outra vertente trata da estratificação em sua dimensão horizontal e enfatiza as características de diferenciação presentes num mesmo patamar do sistema escolar. Estas se configuram em caminhos alternativos e qualitativamente distintos das vias comumente seguidas por grupos em situação de vantagem social, cujos efeitos potenciais podem se observar nas chances de indivíduos ou grupos sociais em conservarem as suas vantagens pregressas, seja em sequências ulteriores de escolarização, ou na transição para o mercado de trabalho (BREEN e JONSSON, 2000; LUCAS, 2001).

Inicialmente pensados para a análise de contextos escolares com currículos estratificados, estes modelos analíticos têm aberto a possibilidade para considerações sobre diferenças de diversas ordens, explicitamente pronunciadas ou não nos sistemas escolares. Ou seja, podem-se considerar diferenças estabelecidas sob a forma de *trackings* educacionais, ou programas curriculares específicos, ou por combinações de ordem pedagógicas, econômicas e sociais que destacam certas instituições ou segmentos institucionais. Ademais, em consideração ao desenvolvimento desta vertente analítica, alguns estudos empíricos vêm apontar uma relação de independência entre a dinâmica da desigualdade vertical e horizontal na expansão dos sistemas escolares (GERBER e CHEUNG, 2008; AYALON e SHAVIT, 2004).

De acordo com os autores dessa vertente, a atuação dos poderes públicos compõe uma variável importante para conferir maior celeridade na equalização de oportunidades no acesso a dados níveis de escolarização, entretanto, ponderam o fato das trajetórias individuais nos sistemas escolares expandidos não ocorrerem de modo linear. Assim, os níveis globais de escolarização

alcançados pelos indivíduos devem precisamente pesar as diferenças qualitativas associadas às possibilidades de realização educacional em situações de currículo estratificado¹.

Os defensores desse modelo de formação afirmam as vantagens em termos dos ganhos proporcionados à eficácia do trabalho de formação escolar, com provimento de formação técnica e limitação da quantidade de investimento em estudantes pouco aptos às exigências acadêmicas da formação superior. Por sua vez, sistemas educacionais mais abertos e universalistas, como o até então vigente no Brasil, privilegiam a formação propedêutica dos estudantes, permitindo que estudantes habilitados numa etapa anterior possam a qualquer tempo almejar a transição para uma etapa seguinte, com culminância na educação superior.

Essencialmente a estratificação horizontal observa o fato que diferenças medidas em anos de estudo podem encobrir desigualdades existentes entre indivíduos situados num mesmo patamar de escolarização, conferindo refinamento à percepção sobre as características dos sistemas escolares nas sociedades industrializadas e nos modos como tendem a fazer refletir as desigualdades sociais que, de outro modo, poderiam ser indevidamente atribuídas ao mercado de trabalho (RIBEIRO E SCHLEGEL, 2013).

A apropriação dos elementos desta teoria na abordagem do ensino superior tem resultado num campo específico de reflexão teórica e analítica, cuja

¹Sobre este aspecto, a análise comparada permite perceber diferenças importantes entre os sistemas educacionais dos países. Aqueles com maior nível de regulação tendem a estabelecer critérios mais rígidos para o credenciamento de estudantes de uma etapa a outra do sistema escolar, produzindo um tipo de segmentação – *tracking* – que limita o número de estudantes habilitados às vagas no ensino superior. Ao fato de alguns destes sistemas definirem muito precocemente os destinos escolares dos filhos das classes trabalhadoras, com forte tendência à conservação dos lugares sociais de suas elites, repercutem críticas quanto ao caráter democrático do sistema.

relevância dos trabalhos decorre especialmente do papel desempenhado por este nível de escolarização para a formação de elites sociais e a ocupação dos postos mais qualificados no mercado de trabalho.

Martins e Weber (2010) apontam a estratificação horizontal como a questão chave nas tendências de democratização do acesso ao ensino superior nas últimas décadas, dada a coexistência de instituições especializadas na produção de elites nacionais, paralelamente a expansão de instituições de ensino superior privadas, não universitárias e provedoras de um ensino vocacionado para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho.

Este quadro é fundamentalmente descrito por um processo de diferenciação, estabelecido por um tipo de hierarquização de prestígio acadêmico e social no interior do campo acadêmico em diversos países. Para estes autores, a decorrência direta de uma constatação desta ordem é a sinalização de que os títulos escolares outorgados pelas instituições nacionais possuem “valores simbólicos e econômicos diferenciados, pois guardam uma relação mediata e/ou imediata com o reconhecimento social e acadêmico das instituições e de seu portador” (MARTINS e WEBER, p.154).

Derivado da teoria das organizações, elaborada em concepção funcionalista, o conceito de diferenciação descreve uma medida de racionalização dos recursos materiais e humanos para o atendimento da clientela. E o faz por meio de sua integração em unidades mais específicas, como forma de preservação da eficácia global do sistema, sobretudo em contextos de expansão (BLAU e SCOTT, 1970). Contudo, a oposição crítica desse argumento observa na diferenciação, antes que uma forma espontânea de organização do mercado educacional, uma estratégia particular de expansão

do sistema em si, orientada para ampliação das oportunidades de acesso à educação superior sem macular o *status* desfrutado pelas elites.

O fato das novas oportunidades não serem equivalente em “valor” às ocupações tradicionalmente desfrutadas pelas elites é traduzida em algumas análises como um tipo de *diversion*, pelo qual os filhos das classes trabalhadoras são canalizados para as áreas menos prestigiadas do sistema. Como exemplo, a criação das *Community Colleges* ilustra a aplicação dessa estratégia para a ampliação de vagas no sistema norte-americano para contemplar a demanda por ensino superior apresentada por estudantes pobres e negros nas primeiras décadas do século XX (BRINT e KARABEL, 1991). Esse mesmo fenômeno é situado na sociologia bourdiesiana na ideia de exclusão no interior, pela qual formas oficiais e oficiosas de diferenciação são relacionadas com o recurso de abrigar uma parcela crescente de pessoas no sistema educacional (BOURDIEU, 2003).

Gerber e Cheung (2008) assinalam duas dimensões analíticas sobre estratificação horizontal no ensino superior. A primeira agrupa variáveis relacionadas ao nível das instituições, as quais tem concentrado maior atenção por parte dos pesquisadores. De modo geral, esta linha de pesquisa busca identificar as interações entre as diferenças de prestígio das instituições e as oportunidades desfrutadas por seus egressos no mercado de trabalho.

Citam quatro hipóteses utilizadas para estabelecer diferenças qualitativas entre instituições, todas derivadas da perspectiva da ação racional. Aquela inspirada pela teoria do capital humano argumenta que as instituições qualitativamente diferenciadas seriam mais eficientes em desenvolver em seus alunos competências cognitivas e não cognitivas que se traduziriam em diferenças de produtividade no mercado de trabalho, seja pela qualidade do corpo docente,

pelo tipo de investimento/aluno, ou pelo convívio gerado por estudantes com desempenho acima da média. A teoria do efeito sinal afirma que instituições com maior qualidade sinalizam para os empregadores riscos menores no momento da contratação profissional, ainda que de fato não se possa atestar a qualificação do egresso; a teoria do capital social põe ênfase nas redes de relações formadas por estudantes nas instituições mais seletivas; por fim, a teoria do efeito de seleção, destaca a qualidade institucional como uma variável exógena às características de formação, fortemente ligada à tarefa de seleção dos melhores estudantes da educação média.

Apesar dos avanços teóricos e metodológicos, os resultados empíricos sobre esta dimensão têm se mostrado pouco conclusivos, em grande medida, devido as dificuldades encontradas para determinar os efeitos do ingresso em instituições de elite, sobre o retorno no mercado de trabalho, dissociados da influência exercida por variáveis individuais que o determinam.

Num trabalho exemplar sobre o tema, Arum *et. alii* (2007) analisam empiricamente os efeitos dos níveis de elitização institucional para as desigualdades educacionais no ensino superior. Comparando o caso de 15 diferentes países, aponta-se a diferenciação institucional como um fenômeno que se apresenta em correlação elevada com a expansão no ensino superior, observou-se que, a extensão desse processo, e a sua relação com a produção de desigualdades, varia conforme as características do sistema educacional de cada país.

Assim, distinguem os sistemas de educação superior por três categorias: os *sistemas unificados* predominam nos países onde prevalece a formação universitária, de orientação teórico-acadêmica voltada para a formação de pessoal para ingresso nas áreas de pesquisa ou profissões onde se exigem

altas habilidades (casos de Itália e República Tcheca); os *sistemas binários* combinam a educação superior acadêmica com uma segunda classe de instituições voltadas para o desenvolvimento de programas vocacionais ou semiprofissionais (Alemanha, Rússia, Suíça e Grã-Bretanha); os *sistemas diversificados*, por fim, caracterizam-se pela existência de um primeiro estrato de instituições universitárias, mais tradicionais e de caráter acadêmico e um segundo estrato onde se apresentam tanto instituições orientadas para formação vocacional quanto instituições com viés acadêmico (Suécia, Taiwan, Israel, Japão, Coréia do Sul e Estados Unidos).

As conclusões deste estudo assinalam o caráter eminentemente inclusivo da diferenciação institucional, particularmente no contexto dos sistemas diversificados. Quando comparado aos outros dois sistemas, estes exibem menores níveis de regulação oficial, o que na prática permite reconhecer taxas mais elevadas de estudantes elegíveis ao ensino superior e, conseqüentemente, maiores taxas de matrículas neste nível de formação.

Para os autores, a maior flexibilidade existente nos sistemas diversificados para o atendimento de novas demandas e a adoção de critérios mais lenientes, na promoção do acesso dos estudantes ao ensino superior, explica em grande parte, as características inclusivas da expansão nesse tipo de sistema. Todavia, quanto aos níveis de desigualdades, estes registram índices equivalentes aos dos sistemas unificados em relação ao acesso de pessoas dos estratos mais baixos às instituições mais prestigiadas.

A segunda dimensão que trata da estratificação horizontal é relatada pelos estudos que levam em conta as experiências particulares dos estudantes no ensino pós-secundário, em que é mais comum os esforços de pesquisas relacionadas com as diferenças entre as áreas de formação e o perfil de

gênero das carreiras (GERBER e CHEUNG, 2008). Diferentemente do que ocorre nas análises da dimensão anterior, na concepção desta, as dificuldades maiores decorrem da definição objetiva de critérios para estabelecer diferenças de prestígio social entre as áreas de formação. As abordagens mais correntes para o reconhecimento de diferenças entre as áreas de formação novamente consideram o valor associado com as habilidades requeridas pelo mercado de trabalho, cujas referências são aos elementos da teoria do capital humano.

Em seu estudo Paglin e Rufolo (1990) argumentam, por exemplo, que as diferenças de retornos para cada área dependem da escassez associada a cada capital humano. Em sendo mais raras, as habilidades relacionadas aos conhecimentos de base matemática superam em valor aqueles de base verbal. Este mesmo argumento tenta explicar a variação de rendimentos obtida por homens e mulheres no mercado de trabalho, uma vez que as mulheres demonstrariam menor propensão que os homens para ingressar em áreas de formação mais “escassas” e valorizadas, tendência que tem se mostrado verdadeira em estudos realizados em diferentes países (PERSELL et. al., 1992; KALMINJ e LIPPE, 1997; DAVIES e GUPPIE, 1997; GERBER e SCHAFER, 2004).

Davies e Guppie (1997) resumem este debate sugerindo a segregação por gênero como o fator preponderante na estratificação em áreas de formação no ensino superior, ao passo que as diferenças socioeconômicas estariam na base das hierarquias interinstitucionais. Neste último caso, as chances dos estudantes mais pobres, quanto ao ingresso nas instituições mais seletivas, associam-se, primeiramente, com os efeitos das habilidades acadêmicas individuais. Todavia, informam estes autores, tais desigualdades persistem mesmo após serem descontados os efeitos dessa variável. Como hipótese, sugerem a interveniência de fatores relativos aos custos das instituições mais

seletivas, mas também diferenças nas percepções de oportunidade e conhecimento do mercado educacional traduzido pelo conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu.

As pesquisas nesse campo ainda se apresentam de modo esparsa no Brasil. E mesmo que alguns de seus resultados venham a corroborar apontamentos realizados nas pesquisas internacionais, as análises sobre o quadro educacional brasileiro requerem ainda certo grau de ponderação, haja vista a universalização do acesso aos níveis mais elementares de formação escolar pelos estratos mais pobres. Tal fato remonta a uma história recente e inconclusa, o que frequentemente imprime, a identificação do acesso destas classes a qualquer ponto da educação superior, um traço de distinção pessoal, que se confunde em parte com a noção de privilégio das elites.

Expansão e diferenciação: o caso Brasil

A análise da diferenciação institucional na educação superior brasileira permite reconhecer duas unidades básicas de valor. A primeira é dada pela natureza organizacional, que conforme a legislação ressalta a variação nos graus de autonomia sobre suas decisões administrativas e educacionais, de acordo com o *status* que lhes é outorgado pelo poder público. A segunda é dada por sua natureza administrativa, que diferencia as instituições conforme sua fonte de financiamento, ou seja, se pública ou privada.

No primeiro caso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9694/96), aponta a autonomia das Universidades para aspectos de caráter “didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, tendo por requisito a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (EC nº 11/96). Por estes critérios gozam de liberdade para a abertura de vagas e

cursos sem prévia autorização governamental, regalia legal também desfrutada pelos “Centros Universitários”, muito embora estes não tenham por obrigação o compromisso com a realização do binômio ensino-pesquisa. Por fim, cabem às “Faculdades” isoladas estritamente o compromisso com as atividades relativas ao ensino, o que lhes confere o perfil de formação predominantemente vocacional.

A análise conforme a afiliação administrativa das instituições, em nível nacional, apenas confirma o predomínio alcançado pelas instituições privadas no mercado da educação superior. Em 2015, a taxa de participação da rede privada no conjunto de matrículas era correspondente a 76%. Destes, 33% eram equivalentes a instituições universitárias, 17% centros universitários e 26% as faculdades isoladas. Como traço distintivo das instituições públicas está o predomínio quase absoluto da forma de organização universitária, onde a taxa de matrícula registrada em instituições estaduais e municipais era de 7% e nas federais, 13%.

Estas características aproximam o sistema de educação superior brasileiro de um tipo *diversificado*, no qual a autonomia universitária e a dimensão da rede privada assinalam um menor nível de regulação governamental. Dele também se pode prever um maior grau de elasticidade para o atendimento das demandas apresentadas por estudantes oriundos da educação média. Mas, ainda que não se possa negligenciar a importância das instituições privadas para o funcionamento do conjunto do sistema, as universidades públicas, e em especial aquelas vinculadas à rede federal, mesmo concentrando a menor parcela das matrículas, desempenham um fundamental papel na organização e ordenação do sistema de educação superior.

O reconhecimento da qualidade de sua formação e a gratuidade dos serviços oferecidos, assegurada principalmente pelo financiamento público, dado às atividades de ensino e pesquisa, se expressa objetivamente numa maior atratividade e seletividade dos seus cursos de formação, frequentemente posicionados no topo da hierarquia dos mecanismos de avaliação institucional.

Por sua vez, o prestígio das instituições federais representa um vetor extra de seletividade social no recrutamento de seu corpo discente, com vantagens sendo conferidas na disputa em favor dos filhos das famílias com maior capacidade de consumo de bens econômicos e culturais. Todavia, a expressiva diversidade de grupos e classes nos exames de seleção para essas instituições não se configura uma realidade surpreendente (RIBEIRO, 1982). Tal fato pode ser atribuído ao predominante viés acadêmico (*academic drift*) na estruturação do sistema educacional brasileiro.

Esta expressão descreve a busca por equivalência de modelos organizacionais e curriculares nas instituições com distintos graus de prestígio, perfis de público e finalidades, tanto no âmbito do ensino médio quanto do superior (SCHWARTZMAN, 2011). Por assim dizer, as habilitações conferidas pelas diferentes instituições escolares, em diferentes modalidades de formação do ensino médio, gozam no sistema brasileiro de equivalentes possibilidades de disputa de vagas nas carreiras de ensino superior, independentemente das características institucionais.

Desta forma, um traço peculiar na conformação histórica do sistema público de educação superior brasileiro, mesmo quando comparado a seus congêneres latino-americanos, tem sido a maior seletividade social no acesso do que na participação dos indivíduos no interior do sistema. Ou seja, os efeitos de

seleção promovidos pelos vestibulares superam em muito aquele decorrente das exigências de formação nas carreiras (PAULA, 2011).

É justamente do fato dessa demanda potencial não se expressar em representação nas universidades públicas que se emerge a confrontação do ideal de igualdade meritocrática defendido pelos segmentos mais abastados das elites. O registro de continuadas barreiras de seletividade social no recrutamento para instituições públicas fornecem subsídios importantes para o entendimento das desigualdades e para a mobilização travada em torno das reivindicações por medidas compensatórias nos processos de seleção, com objetivo de mudanças na composição socioeconômica e/ou étnica das instituições, ações estas encabeçadas principalmente pelo movimento social negro.

Tal constatação reforça o sentido lógico na adoção de uma política de cotas no contexto das reformas no ensino superior. Ou seja, na perspectiva oferecida pelas teorias da estratificação, a mera expansão de vagas não se opera como um mecanismo seguro de equalização das oportunidades de acesso para grupos com histórico acumulado de desvantagens. Todavia, a inflexão nas tendências econômicas e políticas, a partir de 2015, introduz um cenário pessimista para a sequência do projeto de democratização, viabilizado pelas esquerdas políticas brasileiras.

Em primeiro lugar, o aumento do desemprego e a redução na renda das famílias trabalhadoras tem como resultado uma elevação dos custos do investimento no ensino superior. Complementa esse quadro a queda expressiva nos investimentos nas políticas de permanência nas universidades federais, orientadas para assegurar igualdade de participação e êxito na vida acadêmica dos estudantes pobres.

Estes pontos reestabelecem barreiras bastante objetivas na trajetória educacional de estudante sem histórico familiar no ensino superior. Mas a gravidade maior desse fato pode estar no reforço das barreiras simbólicas que têm contribuído para afastar uma parcela dos estudantes pobres e negros das aspirações de formação nas universidades públicas federais, sobretudo, da disputa de vagas em carreiras de maior prestígio. Nestas, a baixa representação e o histórico acumulado de desvantagens, tornam suas chances de êxito mais inseguras.

Sobre este aspecto, as pesquisas brasileiras sinalizam a preferência desses grupos por carreiras nas áreas das ciências humanas e sociais, em contraposição com as áreas de conhecimento das ciências biológicas e tecnológicas, situação esta que perdura mesmo diante da ampliação da oferta de vagas e medidas afirmativas inespecíficas, como as cotas (SILVA, 2016). Numa análise preliminar sobre o histórico de concorrência por vagas em várias universidades federais, aponta-se para o fato da ordem de prestígio das carreiras ter sido fortemente impactada pela lei de cotas. Ou seja, mesmo diante do encorajamento produzido pela reserva de vagas, estudantes cotistas fazem, na média, opções de carreiras que divergem daquelas identificadas no grupo majoritário da população.

Por sua vez, a replicação de cursos e *campi* em unidades distantes dos grandes centros urbanos, ou no entorno de áreas de habitação das classes populares, ao mesmo tempo em que pode revelar uma estratégia adequada de busca por efetividade na inclusão social pela redução nos seus níveis de seletividade, lança questões acerca da emergência de processos de diferenciação dentro do próprio segmento das universidades federais, o que ainda não se evidencia nas pesquisas sobre o tema.

Este risco se eleva ante o aumento da competição por recursos orçamentários, num cenário de crise econômica alimentado pelos avanços de políticas conservadoras que buscam limitar o financiamento indireto oferecido pelas universidades às famílias dos estratos mais pobres. Nesse contexto, é possível crer que a concorrência acirrada por financiamento acadêmico venha a privilegiar a anterioridade das instituições e agentes acadêmicos. Tais riscos se asseveram ainda diante da diferenciação no ensino médio introduzida pela reforma nesse segmento, aprovada em 2016.

A proposta dos “itinerários formativos” cria um mecanismo que permite orientar e segmentar as opções dos grupos sociais no interior do sistema básico escolar. Tal fato inviabiliza ainda mais a possibilidade da formação de estoques de estudantes beneficiários das cotas na disputa por vagas em instituições e áreas prestigiadas das universidades federais. No extremo, torna-se provável que uma parcela expressiva dos mais pobres seja alijada, precocemente, da aspiração a posições de formação superior, impulsionada pela urgência de ingresso no mercado de trabalho a buscar “itinerários profissionalizantes”².

A força imperiosa que preside a reorientação do processo em curso no sistema educacional brasileiro tem sua lógica justificada pelos ganhos de eficiência decorridos do fechamento de instituições, áreas de formação e a entrada de estudantes com a demonstração de aptidões prévias, ponto no qual as análises críticas identificam eficazmente a correspondência com características e origens sociais determinadas.

² A proposta de diferenciação do ensino médio por itinerários formativos consta do artigo 36º da lei 13.415/2017, que alterou os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nestes termos deduz-se pela possibilidade de que os itinerários de formação “técnica e profissional” tornem-se incompatíveis com as aspirações de carreiras superiores.

Conclusões

Ao refletir sobre a trajetória recente da política de educação superior no Brasil, almeja-se também problematizar os desafios postos ao processo de democratização das universidades federais proposto pela agenda progressista, que se implantou no país pelas alianças de centro-esquerda comandada pelo partido dos trabalhadores.

Em consideração dos aportes trazidos pela teoria da estratificação, apontamos para o risco da introdução de diferenciações no interior do segmento das universidades públicas, movidas por uma competição desigual por estudantes e recursos financeiros. Por sua vez, as políticas para o ensino médio tendem a incorrer no reforço das desigualdades sociais e simbólicas que têm mantido, afastados das universidades públicas, os estudantes oriundos das famílias mais pobres, especialmente das formações de maior prestígio social.

Trata-se aqui de um fenômeno não consolidado, portanto, sujeito a mudanças de rumo drásticas, dada pela emergência de novas hegemonias políticas, como as que se observou no golpe articulado em 2016. Mais que tudo, trata-se de fomentar o debate que abarca as opções dispostas à sociedade brasileira na direção de suas políticas educacionais, cujo reatamento na formatação da educação superior tende a ser decisivo para as condições da desigualdade social.

Contudo, diante da proximidade histórica desses eventos, buscamos suporte em elementos da teoria da estratificação educacional que permitam estabelecer hipóteses acerca dos obstáculos interposto à constituição de uma estrutura acadêmica e social verdadeiramente plural e democrática.

Referências

ARCHER, M. The Sociology of Educational Systems. *In: Sociology of the State of Art*. BOTTOMERE, T.; NOWAK, S.; SOKOLOWSKA, M. London and Beverly Hills: SAGE Publications, 1982, p.233-275.

ARUM, R; SHAVIT, Y; GAMORAN, A. *Stratification in Higher Education: A Comparative Study*. Stanford University Press, 2007.

AYALON, H.; SHAVIT, Y. *Educational reform and inequality in Israel: MMI hypothesis revisited*. *Sociology of Education*, n. 2, 77, pp. 103-120, ASA, April 2004.

AYALON, H.; YOGEV, A. Field of study and students stratification in a expanded system of higher education: the case of Israel. *European Sociological Review*. Volume 21, number 3, 227-241, July, 2005

BARROS, R. P; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, S. *Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil*. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2002.

BLAU, P.; SCOTT, W.R. *Organizações formais: uma abordagem comparativa*. São Paulo, Atlas, 1970.

BOURDIEU, P. Os excluídos do interior. *In. Escritos de Educação*. 5ª edição. Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BREEN, R.; JONSSON, J. O. Analyzing educational careers: a multinomial transition model. *American Sociological Association*, Vol. 65, No. 5, pp. 754-772, October, 2000.

BRINT, S.; KARABEL, J. *The Diverted Dream. Community Colleges and Promises of Education Opportunity in America 1900-1985*. New York, Oxford Press, 1991.

DAVIES, S.; GUPPY, N. Fields of Study, College Selectivity, and Student Inequalities in Higher Education. *Social Forces*, June, 1997.

DAVIS, K.; MOORE, W. E.. *Some principles of stratification*. *American Sociological Review*, 10 (2), 242-9, 1945.

De SWAAN, A.. *In Care of the State: Health Care, Education and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era* Polity Press, 1988.

FORQUIN, J. C. *Sociologia da Educação: 10 anos de pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GERBER, T. P.; CHEUNG, S. Y. *Horizontal Stratification in Postsecondary Education: Forms, Explanations, and Implications*. *Annual Review of Sociology*. Vol. 34: 299-318, March, 2008.

_____, and SCHAEFER, D. R. Horizontal stratification of higher education in Russia: Trends, gender differences and labor Market outcomes. *American Journal of Sociology* 104: 1–50, 2004

HIRSCH, F. *Os Limites Sociais do Crescimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

KALMIJN, M.; LIPE, T. van der. Type of Schooling and sex differences in earnings in the Netherland. *European Sociological Review*. Vol. 13 No. 1, 1-15, 1997.

LUCAS, S. R. Effectively Maintained Inequality: Educational Transitions and Social Background. *American Journal of Sociology* 106: 1642-1690, may, 2001.

LYNCH, K. Research and theory on equality and education. *In Handbook of Sociology of Education*. Notre Dame, Kluwer academic/Plenum Publisher, 2000.

MARGINSON, S. Dynamics of national and global competition in higher education. *Higher Education*, 52, 1–39, 2006.

MARTINS, C. B.; WEBER, S. Sociologia da Educação: democratização e cidadania. *In. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. Martins, Carlos Benedito; Martins, Heloisa Helena T. de Souza. São Paulo: Anpocs, 2010.

MELLO, J. C. R. da S. *Áreas de formação e diferenciação institucional: evidências de estratificação dos estudantes no ensino superior*. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, maio de 2011.

MONT'ALVÃO, A. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. *In. DADOS– Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.54, nº 2, 2011, pp.389 a 430.

NUNES, E. O. *Educação Superior no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PAGLIN, M.; RUFOLLO, A. M. Heterogeneous Human Capital, Occupational Choice, and Male-Female Earnings Differences. *Journal of Labor Economics*, Vol. 8, No. 1, Part 1, pp. 123- 144, Chicago, 1990.

PARSONS, T. La Classe escolar como sistema social: algunas de sus funciones em La sociedad americana. *In. Harvard Education Review*, XXI, otoño de 1959.

PAULA, M.F.C. E. Educação Superior e inclusão social na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *In*, _____; LAMARRA, N.F. *Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina*. Aparecida, São Paulo: Ed. Ideias e Letras, 2011.

PERSEL et. all. Differential asset conversion: class and gendered pathways to selective colleges. *Sociology of Education*. N. 3, (65).

RIBEIRO, C. A. C. *Desigualdade de Oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. *Estratificação horizontal da Educação Superior no Brasil – 1960 a 2010* (mimeo). Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, S. C. *O Vestibular. Em aberto*, Brasília, ano 1, nº 3, fev, 1982.

SILVA, N. do V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. *In. Origens e Destinos*. SILVA, Nelson do V.; HASENBALG, Carlos (orgs). Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SILVA. A.P. *Reforma e Seletividade: fronteiras das desigualdades no acesso à Universidade (tese)*. Rio de Janeiro, IESP/UERJ, 2016.

SCHWARTZMAN, S. O Viés Acadêmico na Educação Brasileira. *In. Brasil: nova agenda social*. SCHWARTZMAN, Simon e BACHA, Edmar. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

WALTERS, P. The limits of growth. *In. Handbook of Sociology of Education*. Maureen T. Hallinan (edited). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2000.

SOBRE O AUTOR

ANDERSON PAULINO DA SILVA é doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Atualmente, é pesquisador do Centro

de Estudos sobre a Riqueza e a Estratificação Social (CERES) do
IESP/UERJ.

E-mail: andersonsvpaulino@gmail.com

Recebido em: 17.07.2018

Aceito em: 01.10.2018